



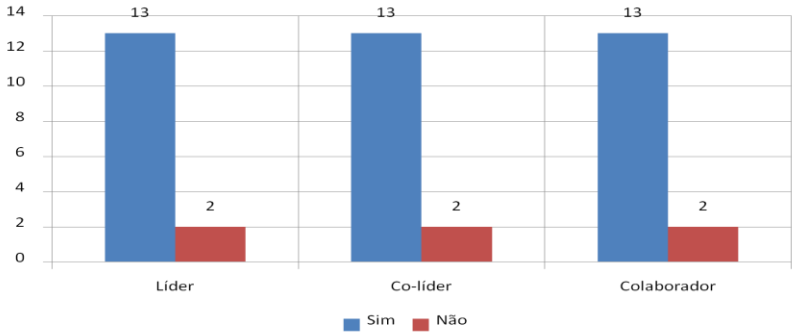
Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

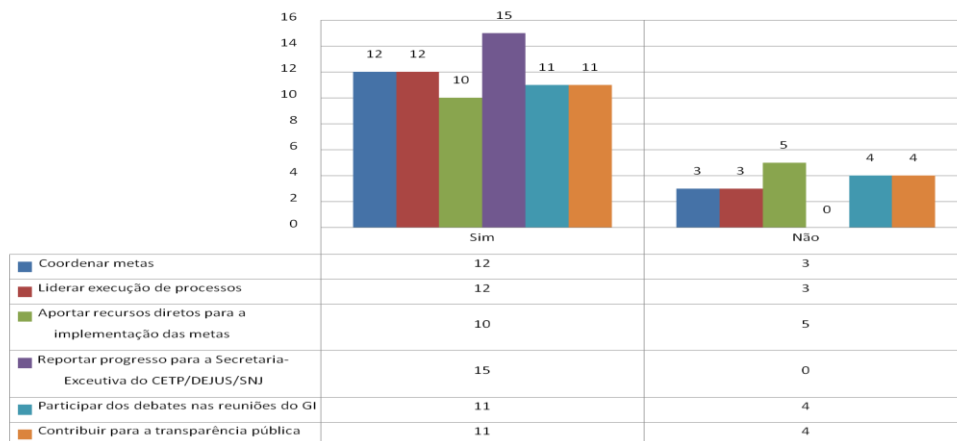
6ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP
Memória – 09/12/2014

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Lyra	SIT/MTE	(61) 2031-6435	alexandre.lyra@mte.gov.br
Aloysio Gomide Filho	MRE	(61) 2030-8804	alloysio.gomide@itamaraty.gov.br
Ana Cristina da Silva B. Fernandes	OAN/MDA	(61) 2020-0905	ana.fernandes@mda.gov.br
Ariane Gontijo	UNODC/SNJ		arianegontijo@yahoo.com.br
Bruno Arruda	DPU	(61) 3319-0277	bruno.arruda@dpu.gov.br
Danielle Galdino	CETP/DEJUS	(61) 2025-6898	danielle.galdino@mj.gov.br
Danilo Vergani	SDH/PR	(61) 2027-3198	danilo.machado@sdh.gov.br
Elisa S. Colares	SPM/PR	(61) 3313-7456	elisa.colares@spm.gov.br
Fábio Meireles	SECADI/MEC	(61) 2022-9205	fabio.meireles@mec.gov.br
Fernanda Alves dos Anjos	DEJUS/MJ	(61) 2025-3330	fernanda.anjos@mj.gov.br
Franciele da Nóbrega Caeiro	CETP/MJ	(61) 2025-9663	franciele.caeiro@mj.gov.br
Guilherme Dias	CETP/MJ	(61) 2025-9663	guilherme.gomes@mj.gov.br
Heloisa Greco Alves	CETP/DEJUS/SNJ	(61) 2025-3058	heloisa.alves@mj.gov.br
Irânia Maria da S. Ferreira Marquez	GAB/SE/MS	(61) 3315-2079	irania.marquez@saude.gov.br
Juliana Godinho D. Coutinho	MS	(61) 3315-9143	juliana.coutinho@saude.gov.br
Kadja Mayara dos Santos	CETP/MJ	(61) 2025-9663	kadja.santos@mj.gov.br
Lucicleia Rollemberg	CETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Mariana Sinqueira de Carvalho Oliveira	DEJUS/MJ	(61) 2025-9739	marianacarvalho@mj.gov.br
Márcia Kay	DEI/SECADI/MEC	(61) 2025-8935	marcia.kay@mec.gov.br
Marcos Felipe J. M. Guerra	CGPI/MTUR	(61) 2033-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Nilce Cunha Rodrigues	MPF	(61) 3266-7316	nilce@mpf.mp.br
Paulo Abrão	SNJ	(61) 2025-5400	paulo.abrao@mj.gov.br
Paulo Márcio Ribeiro	SESGE/MJ	(61) 2025-2092	paulo.mribeiro@mj.gov.br

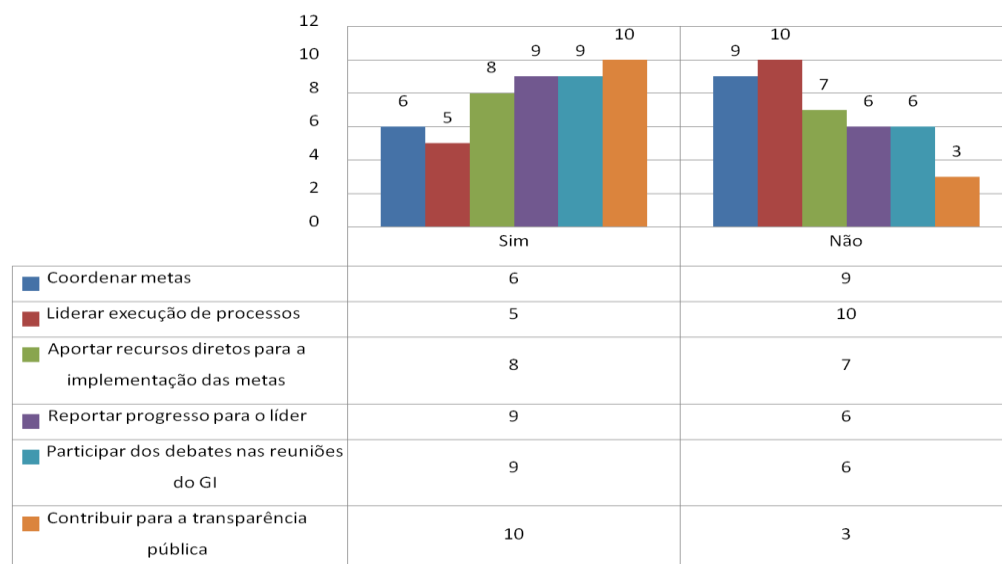
Pedro Fontoura S. Pires	MRE	(61) 2030-8209	pedro.fontoura@itamaraty.gov.br
Priscilla G. Marquez	DCRI/SNJ/MJ	(61) 2025-9938	priscilla.marquez@mj.gov.br
Robson Robin	SENAD/MJ	(61) 2025-7239	robson.robin@mj.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MD	(61)33124137	rodrigo.prates@defesa.gov.br
Sara Coutinho	DEEST/MJ	(61) 2025-9898/3325	sara.coutinho@mj.gov.br

PAUTA	
1) ABERTURA DOS TRABALHOS.	<p>- O Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, abriu os trabalhos, dando boas vindas aos participantes.</p> <p>- Informou que na pasta de materiais foram disponibilizadas a pauta, a planilha que subsidiará a avaliação do V Relatório de Monitoramento do II PNETP, a lista de pendências, cópia da minuta da nova Portaria de atualização dos membros que será publicada, bem como a cartilha do II PNETP;</p> <p>- Na seqüência, destacou a apresentação da Consultora Arianne, contratada para conduzir a produção da avaliação intermediária do processo de monitoramento do II PNETP, que objetiva a avaliação dos avanços e/ou dificuldades de execução das metas, principalmente segundo os indicadores de gestão do progresso.</p> <p>- Explanou sobre as ações realizadas, no último quadrimestre, pela Secretaria Nacional de Justiça, começando pelo acompanhamento das reuniões deliberativas da Comissão Especial que analisa o PL 7370/2014. Comunicou a participação de representantes da SNJ/MJ nas Reuniões de balanço e Avaliação da Campanha da Fraternidade e no 10º Encontro Nacional da Agenda de Convergência e dos Comitês Locais, para balanço das ações durante o período da Copa. Informou sobre a realização da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3º Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP; • X Reunião Técnica de Núcleos e Postos; • Curso para Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; • 1º Curso de Formação sobre Tráfico de Pessoas para Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública; • IV Reunião de Autoridades em Tráfico de Pessoas da OEA, sediada pelo Brasil. <p>- Ao informar que sua participação na 6ª Reunião seria seu último ato público sobre o tema de tráfico de pessoas, agradeceu a todos os membros o empenho e a participação no debate ao longo desses dois últimos anos de trabalhos do GI.</p> <p>- Destacou o importante papel que o GI tem desenvolvido para a política pública brasileira. Ressaltou que a metodologia adotada nesse grupo tem sido considerada uma boa prática para os foros bilaterais e multilaterais que trabalham com a temática do tráfico de pessoas, tornando-se objeto de interesse para outros países. Recentemente, o Brasil foi convidado pela ONU para apresentação deste plano como modelo de destaque de governança para a replicação a outros países.</p>
2) Considerações da Coordenação Tripartite	<p>- O Secretário passou a palavra aos demais representantes da Coordenação Tripartite para as saudações iniciais.</p> <p>- Após as saudações dos representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Direitos Humanos, ambas da Presidência da República, o Secretário, Paulo Abrão, retomou a palavra e deu boas vindas aos novos membros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos: Paulo Márcio;

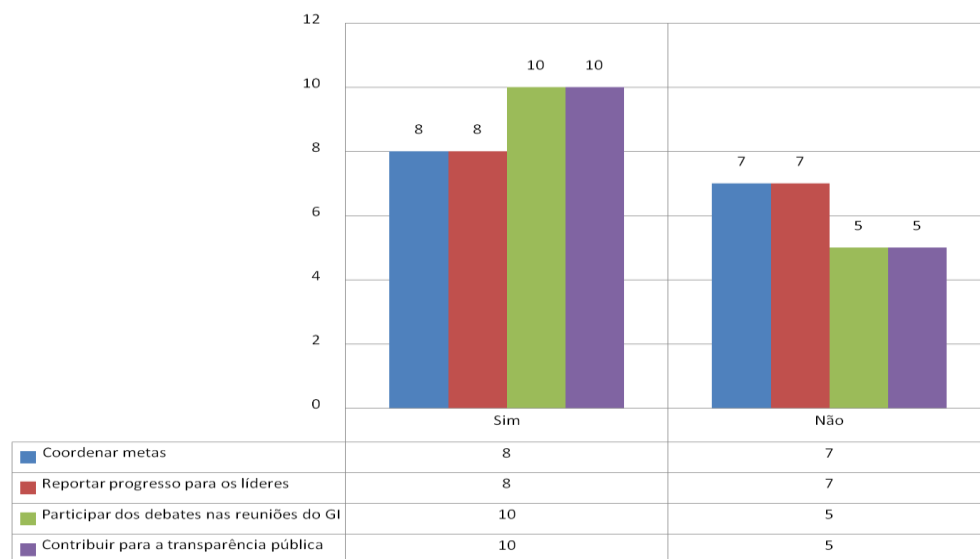
	<ul style="list-style-type: none">Ministério da Saúde: Irânia Maria da Silva Ferreira Márquez, que acompanhava a suplente Juliana Godinho Dale Coutinho. <p>- Por fim, agradeceu o trabalho da equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que durante esses quatro anos esteve sob a condução da Diretora do Departamento de Justiça, Qualificação e Classificação, Fernanda dos Anjos, ressaltando seus sinceros agradecimentos a todos pela dedicação e empenho ao serviço público que resultaram nos progressos alcançados pelo Estado Brasileiro no enfrentamento ao tráfico de pessoas;</p> <p>- Após, ao transmitir a condução dos trabalhos à Diretora, Fernanda dos Anjos, o Secretário pediu licença para se ausentar.</p>												
3) Avaliação de Meio termo do Progresso do II PNETP (até o 4º relatório de progresso).	<p>- A Diretora iniciou a fala agradecendo o trabalho desenvolvido pelo Secretário Paulo Abrão em conjunto com todo o GI. Em seguida, apresentou um breve relato de como foi a avaliação parcial do II PNETP, realizada pela consultora Ariane Gontijo. Na sequência, passou a palavra para que a consultora apresentasse os achados e o conjunto de resultados sobre a implementação do II PNETP.</p> <p>- A consultora iniciou sua explanação salientando que a análise foi realizada sob dois principais aspectos: 1- Avaliação da gestão do sistema de monitoramento e avaliação do II PNETP, baseadas em entrevistas realizadas com os líderes do GI. Contudo, por motivo de transição de alguns líderes, nem todos foram entrevistados; 2- Avaliação do progresso dos relatos das 115 metas e das 14 atividades do plano. Destacou que sobre a gestão do sistema foram avaliados quatro pontos principais, detalhando cada um deles:</p> <ul style="list-style-type: none">Aspectos gerenciais;Aspectos conceituais;Aspectos legislativos;Aspectos políticos. <p>- Esclareceu que quase todos os membros conhecem as funções de líder, co-líder e colaborador que o sistema de monitoramento prevê, porém dois disseram que não teriam certeza se conheciam, conforme gráfico abaixo:</p> <div><table><tr><th>Função</th><th>Sim</th><th>Não</th></tr><tr><td>Líder</td><td>13</td><td>2</td></tr><tr><td>Co-líder</td><td>13</td><td>2</td></tr><tr><td>Colaborador</td><td>13</td><td>2</td></tr></table></div> <p>- Quanto às atividades previstas para a função de líder, co-líder e colaborador, quase todos trouxeram muito conhecimento sobre a função do líder em coordenar metas, liderar execução de processos, aportar recursos diretos para a implementação das metas, reportar progresso para a secretária-executiva do CETP/DEJUS/SNJ, participar dos debates nas reuniões do GI, contribuir para a transparência pública, conforme gráfico abaixo:</p>	Função	Sim	Não	Líder	13	2	Co-líder	13	2	Colaborador	13	2
Função	Sim	Não											
Líder	13	2											
Co-líder	13	2											
Colaborador	13	2											



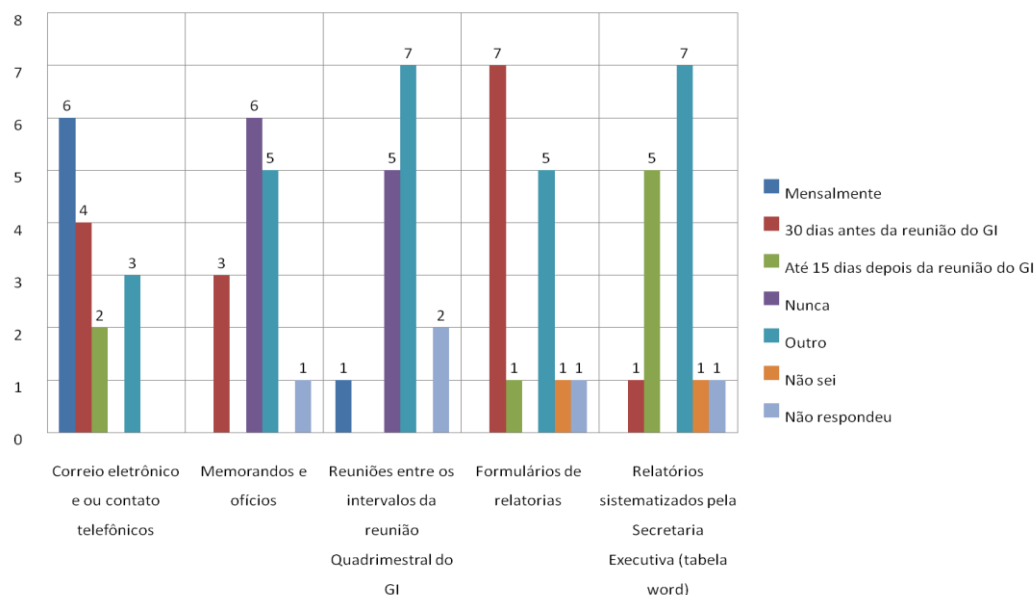
- Em relação à função de co-líder e colaborador verificou-se uma diferenciação em relação ao entendimento dessas duas funções. Um dos exemplos usados pela consultora foi de que para o co-líder há uma diferenciação um pouco maior em relação à coordenação de metas. Contudo, identificou-se que a dúvida concentra-se quando há uma meta com mais de um líder (ou co-líder). Nestes casos, os membros demonstraram preocupação em identificarem quem é de fato o responsável para a coordenação da meta. Abaixo o slide ilustrando o entendimento de cada membro:



- Destacou que os membros demonstraram incerteza sobre a função desenvolvida pelo colaborador, prevista no GI. E quando perguntados se já acionaram ou se foram acionados como colaboradores a resposta é negativa para as duas questões. Abaixo o slide ilustrando o entendimento de cada membro no que tange a meta:



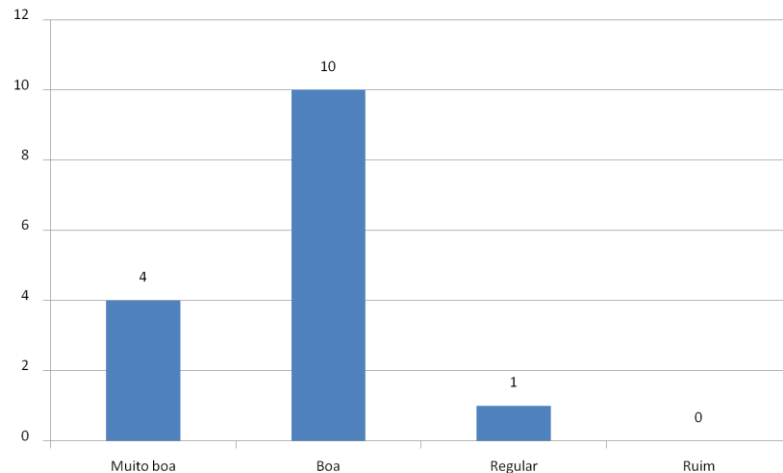
- Indicou que não há freqüência de reuniões bilaterais entre os ministérios do GI durante intervalos quadrimestrais da reunião do GI, com exceção das reuniões da CT, CONATRAP e Rede de N&P, para tratar das metas que são executadas. Embora um amplo e denso conjunto de relatorias, a grande maioria é relatada de maneira individual (nos casos onde há mais de um líder ou co-líder na meta).
- Em relação à freqüência em que os membros do GI utilizam as ferramentas previstas pelo sistema de monitoramento, a grande maioria informou que busca produzir relatórios quando são acionados pela Secretária- Executiva. No gráfico abaixo está detalhada cada ação dos membros:



- Informou que a forma de coletar as informações dentro dos próprios ministérios demanda institucionalização via secretaria- executiva dos respectivos ministérios. A informatização do sistema de monitoramento foi uma das principais questões abordadas, ressaltando que

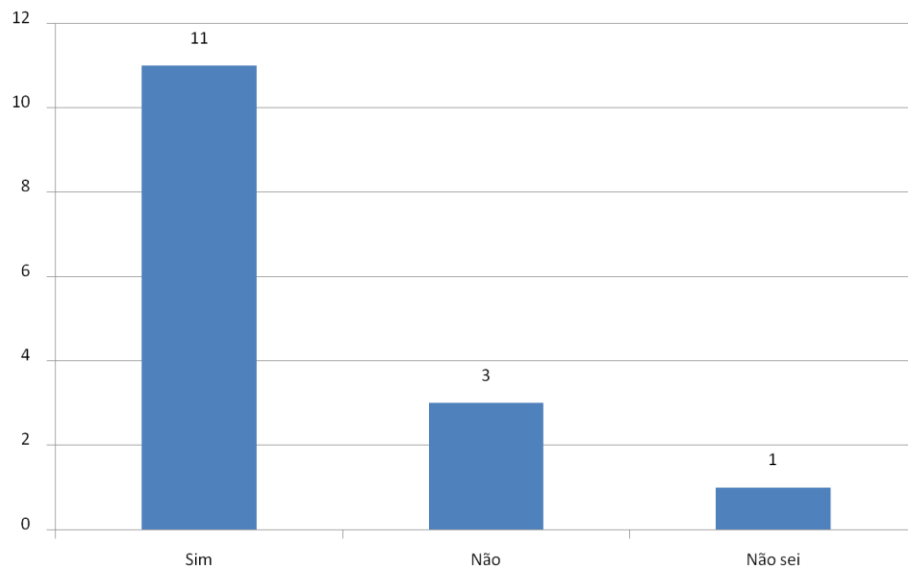
embora a adaptação do sistema em uma plataforma virtual seja essencial, é importante se atentar para o diálogo entre líderes e co-líderes das metas.

- Relatou que na avaliação para os líderes sobre o modelo adotado de monitoramento do II PNETP, quase todos trouxeram as informações descritas no gráfico abaixo, que o sistema é:



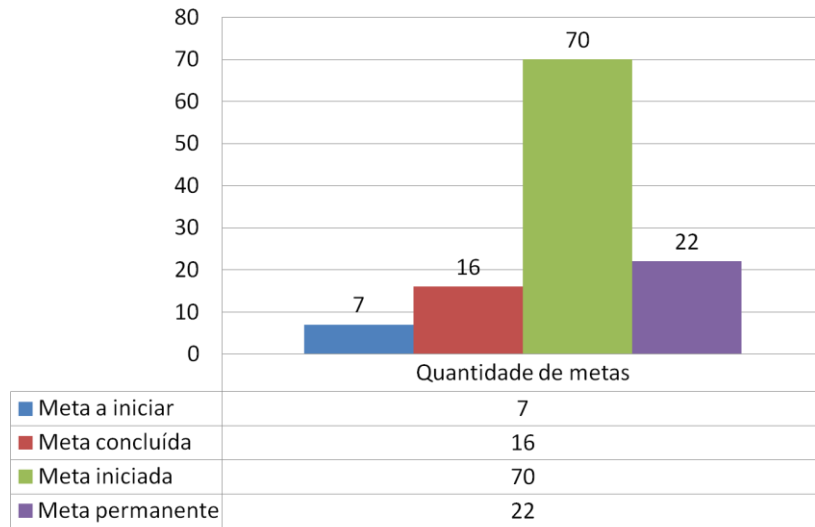
Segundo informações trazidas pela consultora, as dificuldades descritas por cada membro precisam ser analisadas para se pensar na sua superação e tornar o sistema mais harmônico.

- Destacou que muitos membros relataram o quanto à redução orçamentária de seus respectivos ministérios, prejudicou a execução de metas do plano:



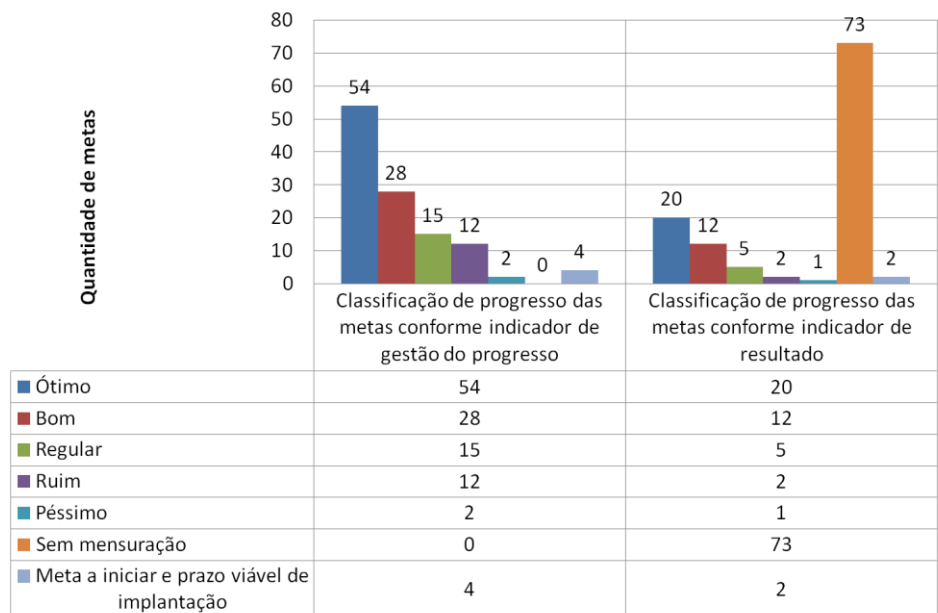
- Avaliou o progresso das 115 metas do segundo plano a partir de dois indicadores:
1 - Avaliação de progresso das 14 atividades; 2 - Avaliação geral do progresso das atividades (gestão e resultado).

O gráfico abaixo demonstra que 108 das 115 metas do plano foram iniciadas:



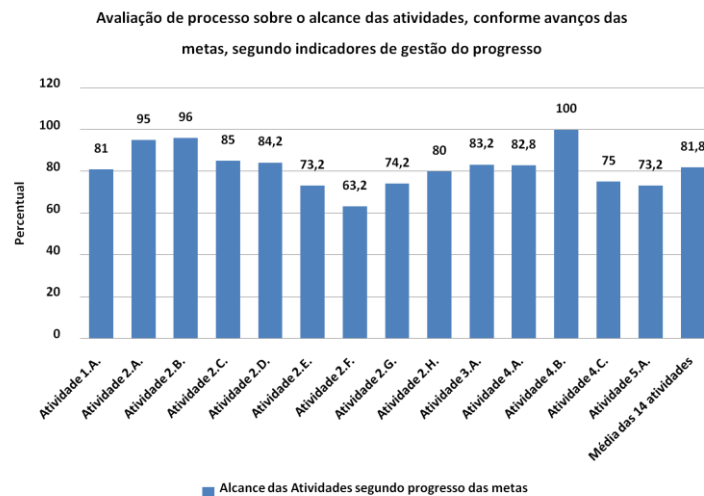
- Em relação à natureza orçamentária, destacou que 74% são orçamentárias e 26% não são orçamentárias.

- O resultado final da classificação do progresso das 115 metas do II PNETP, conforme indicadores de gestão do progresso e indicadores de resultado estão detalhados no gráfico abaixo:



A consultora ressaltou a necessidade da observância das metas que estão com o indicador péssimo, para que sejam constatados quais são os problemas que esses órgãos estão enfrentando na execução das mesmas.

- Em relação a classificação de progresso das metas conforme indicador de resultado, existem 73 metas que não foram mensuradas devido o prazo final ter sido definido até 2016. Porém já existe um número significativo de bons resultados.
- Seguindo, apresentou a avaliação de progresso sobre o alcance das 14 atividades, conforme avanços das metas, segundo indicadores de gestão do progresso, considerando a complexidade do fenômeno do tráfico de pessoas, conforme o gráfico abaixo:



- Como consideração final, a consultora Ariane, concluiu que o II PNETP já apresenta um ótimo progresso, alcançando 81,8% de avanço segundo o andamento de suas metas (indicadores de gestão do progresso), sendo que das 115 metas existentes no II PNETP, a maioria, ou seja, 108 metas, já foram iniciadas. Isso quer dizer que os líderes já desenvolveram ou estão executando ações e atividades que correspondem à finalidade da meta. Destas 108 metas, nota-se que 70 metas possuem status de meta permanente, além disso, 16 metas já foram concluídas, quer dizer que alcançaram os seus objetos finais conforme indicadores de resultado das metas. Lembrando que apenas 07 metas ainda não foram iniciadas.

- Em seguida apresentou as recomendações finais para que todos ao relatarem observem o previsto no padrão Benchmark, conforme orientando durante todo o processo de sua consultoria.

- Em seguida, a Diretora Fernanda dos Anjos retomou a palavra para fazer as considerações das informações apresentadas pela consultora. Na oportunidade, parabenizou a mesma pelo trabalho desenvolvido.

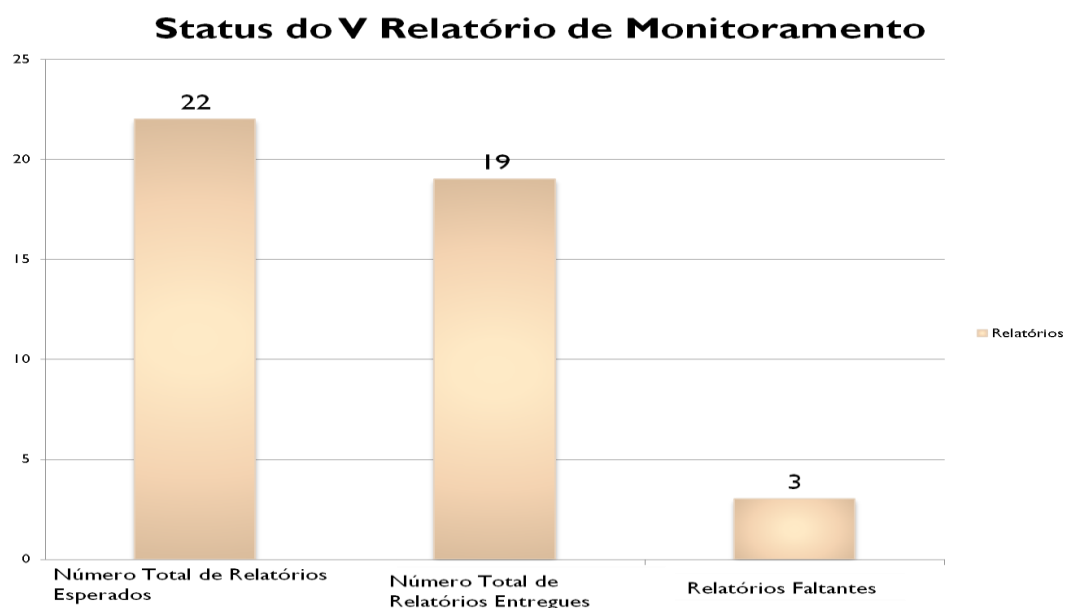
- A Diretora informou que os membros da Coordenação Tripartite também estavam tomando conhecimento do resultado da avaliação naquele momento. Esclareceu que a minuta do relatório de avaliação do Plano seria compartilhada com todos, para que pudessem observar em conjunto com suas equipes, em seus respectivos Ministérios, as análises produzidas. Ressaltou que os membros do GI já conseguiram produzir nessas últimas cinco reuniões anteriores, ajustes de alguns pontos como adequações nos textos dos indicadores de progresso e resultado, inclusão e saídas de lideranças/co-lideranças e colaborações, melhorias na relatoria, em especial, com observância ao disposto no padrão benchmark e nos indicadores de progresso e resultado. Tudo isso irá refletir em um sistema

	<p>cada dia mais aperfeiçoado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Destacou que não é fácil produzir espaços de encontros de diálogos de liderança e co-liderança com clareza de como vão conduzir as metas. Muitas vezes existem dois ou três Ministérios responsáveis por esse processo de liderança com relatos sendo realizados, ou seja, a ação está sendo implementada, mas sem o espaço efetivo de coordenação, de complementação de determinada meta, chamando atenção para que os líderes e co-líderes possam refletir sobre esse ponto no sentido de melhorar o diálogo entre os executores das metas. - Em seguida, abriu a palavra para os demais membros fazerem suas colaborações: - Elisa Sardão, representante da SPM, destacou algumas considerações feitas pela consultora que julga de grande importância, como a questão da compreensão sobre o papel da liderança e co-liderança, da necessidade de uma rotina de encontros bilaterais, inclusive, com os colaboradores. Em relação às atividades, destacou ser importante ter um olhar micro na sua análise, pois pode haver uma atividade que está com 90% de progresso, mas possui dentro dela uma meta com o indicador mais crítico. Pois muitas vezes, se ela não for alcançada, poderá ocorrer prejuízo para as outras metas ou atividades. Então, compreende ser necessária a análise para o destaque das metas que devem ser priorizadas. Informou ainda que, como grande parte das metas do II PNETP já estão iniciadas, não se deve analisar apenas o indicador de progresso, mas também avaliar o avanço do indicador do resultado, para que de alguma forma seja possível visualizar se o alcance do resultado será ou não será o esperado. - Fábio Meireles, membro representante do MEC, apresentou uma breve devolutiva dos trabalhos realizados por seu Ministério. Destacou que, em relação à meta 2.D.10, o MEC não conseguiu fazer uma rodada evolutiva com a SDH, MTE e o MJ. Mesmo havendo reuniões bilaterais com o Ministério da Justiça, não conseguiram conversar com todos os co-líderes. - Irânia Marques, representante da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que nesta reunião acompanhou a suplente, Juliana Godinho, fez um breve relato das ações executadas por seu Ministério. Falou da importância da publicidade das ações, pois tanto o Estado, quanto a sociedade têm que visualizar como cada objetivo está sendo alcançado e como os recursos estão sendo repassados. - Juliana Godinho, suplente do Ministério da Saúde, destacou alguns informes apresentados pela consultora Ariane, como a condução dos temas pela Secretaria Executiva dos Ministérios, e questionou se estão fazendo alguma recomendação para os ministérios ou órgãos que recomende que esse tema esteja na Secretaria Executiva. Caso não houvesse esse documento, sugeriu que fosse criado para que esses temas cheguem às Secretarias Executivas, pois também auxiliaria o diálogo entre os ministérios sobre as metas. - Rodrigo Martins Prates, membro do Ministério da Defesa, relatou que sugeriu a Consultora Ariane à criação da figura do coordenador dos co-líderes para demandar aos demais e estimular as reuniões entre eles. - Na sequência, a representante do MDA, Ana Cristina da Silva B. Fernandes, relatou os trabalhos que tem desenvolvido. - A Diretora Fernanda dos Anjos informou que a mesa estava tomando nota de todas as considerações feitas pelos membros, que fariam uma reflexão no âmbito da Coordenação Tripartite e dariam uma devolutiva no próximo encontro. No que concerne à comunicação, via Secretarias Executivas dos Ministérios, já havia uma deliberação deste grupo, desde VI
--	---

Reunião Ordinária, neste sentido. Os arranjos dos Ministérios são múltiplos e muitas vezes quem participou do processo de formulação foi a área fim, então esta pessoa segue respondendo ao plano. E hoje quando o ponto focal está na área fim pode encontrar mais dificuldades do que facilidades para responder o sistema de monitoramento. A SDH passou por essa reflexão e o MS está passando por isso. Então estamos gerando algumas soluções criativas para sanar esta dificuldade. Tem Ministério que só uma área fim responde e isso faz com que ele responda de forma qualitativa. Relatou estarem satisfeitos com a presença da Secretaria Executiva do MS nesta reunião, o que demonstra que o MS está reconhecendo a transversalidade desse II Plano.

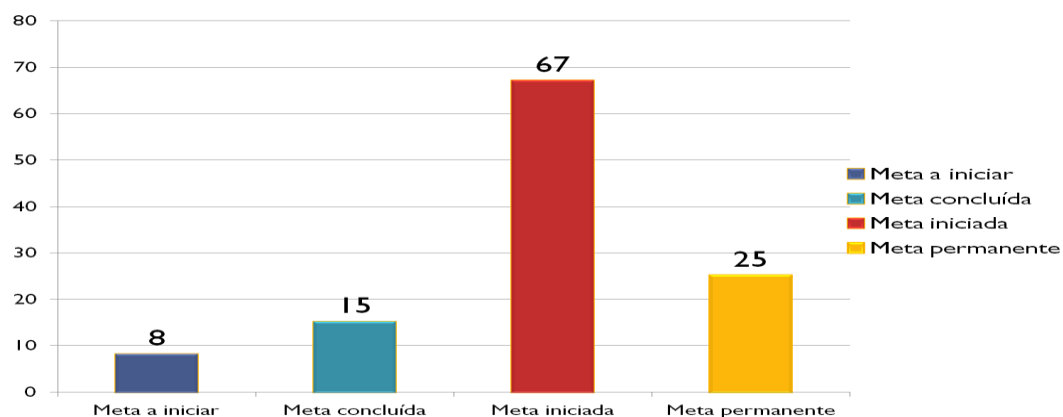
- Em seguida, a Diretora Fernanda dos Anjos passou à análise do V Relatório de monitoramento, apresentando um slide que segue abaixo.

- Destacou a satisfação do enorme crescimento de relatórios entregues antes da reunião, conforme gráfico abaixo:



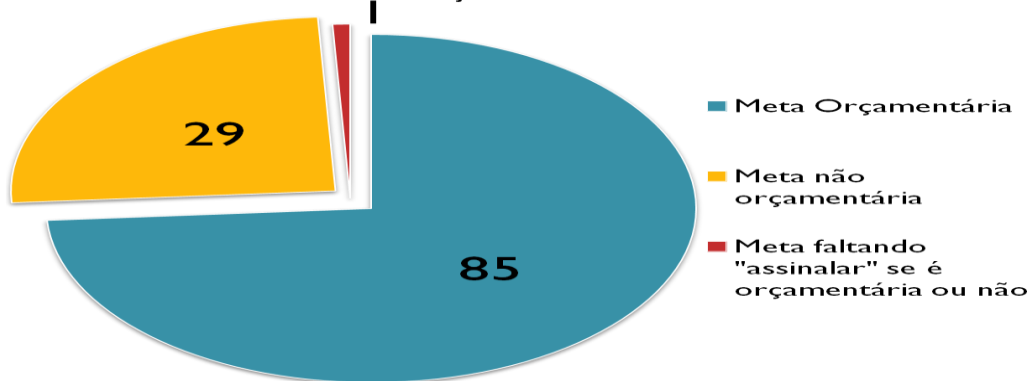
- Informou o andamento das metas, conforme gráfico abaixo, destacando que há algumas diferenças no relatório da Ariane, como por exemplo, o quantitativo de metas permanentes, tendo como característica de mudança que muitas metas passaram a ser vistas a partir deste relatório como meta permanente. O que nos faz prestar um nível maior de atenção, porque elas são metas que já apresentam resultados, já trazem informações qualitativas extremamente relevantes, mas que não conseguimos concluir pelo caráter de permanência. Então como podemos mensurar isso, inclusive para os próximos ciclos de monitoramento? Destacou ainda que as metas permanentes estão com boas entregas.

Análise Geral das 115 Metas do PNETP



- Na sequência, destacou o esforço de quantificar orçamentariamente os investimentos realizados no II PNETP, apresentando o gráfico abaixo:

Status das 115 Metas Orçamentárias versus Não Orçamentárias



- Chamou a atenção para as metas que são orçamentárias, pois muitos Ministérios estão assinalando que a meta é orçamentária, mas não estão descrevendo o orçamento que está sendo investido até o momento. Então, foi pedido real atenção a esse ponto:

Status das Descrições de Recursos das 85 Metas Orçamentárias Relatadas



	<p>- Informou que a Coordenação Tripartite ainda se reunirá para fazer um bloco de análise das atividades, como um balanço de final de ano. Porém, existem alguns níveis que chamaram a atenção, sendo importante compartilhar que estamos progredindo e trazer informações aos relatórios de atividades. O destaque foi para a linha operativa 1, pois é aquela que irá demandar para dentro do governo a produção de atos normativos, os passos necessários que poderão ser levados ao Congresso Nacional. Relatou que houve um grande nível de aceleração de relatos produzidos na 1º, 2º e 3º relatoria e as metas estagnaram, não havendo um progresso nem avanço significativo a partir do momento que as iniciativas saem do Executivo. Cabe pensar em novas frentes de diálogos com o Congresso Nacional, para destravar a agenda nesta instância. O que chamou atenção da Coordenação Tripartite é que estão acompanhando níveis de relatorias que se estagnaram, que não conseguem dar uma meta por concluída, o que preocupa, pois trata-se de uma linha operativa que é absolutamente estratégica.</p> <p>- Em seguida a Diretora abriu a rodada de avaliação do GI, pedindo aos membros que trouxessem pontos sensíveis para a discussão.</p>
<p>4) Rodada de Avaliação do GI sobre o progresso e dificuldades encontradas pelos Ministérios na implementação e no monitoramento do Plano no 2º. Quadrimestre</p>	<p>- Rodrigo Prates, representante do Ministério da Defesa, declarou que, ao ouvir na rádio uma entrevista com a Diretora Fernanda dos Anjos, percebeu como a mídia tem se tornado um parceiro importante para sensibilizar a sociedade e o Congresso Nacional.</p> <p>- Nilce Cunha Rodrigues, representante do MPF e, nesta reunião, do CNMP, informou os trabalhos que estão sendo desenvolvidos e os projetos para 2015.</p> <p>- Irânia Maria da S. Ferreira Marquez, representante do GAB/SE/MS, relatou que muito se tem discutido com a população sobre como colocar essas políticas que são transversais e invisíveis, visíveis ao executivo, acreditando que a partir do momento que estiver no planejamento o II PNETP será visível aos demais Ministérios.</p> <p>- Fábio Meireles, representante do MEC, pediu que a Coordenação Tripartite colocasse como pendência o diálogo com o PRONATEC, pois a cada relatório o MEC é provocado a respondê-la. Informou que já houve uma reunião do coordenador do PRONATEC com o MJ para dialogarem e que a tripartite ou algum Ministério da tripartite é quem deveria ser o demandante dessa modalidade.</p> <p>- A Diretora Fernanda dos Anjos, retomou a palavra para informar algumas programações futuras, como o lançamento do Relatório Nacional de 2013, o balanço do banco de sentenças, a avaliação de meio termo do II PNETP. Informou que o UNODC lançou na última semana o Relatório Global de Tráfico de Pessoas, com base nos anos de 2011 e 2012 e que contém os dados brasileiros.</p> <p>- Na sequência foram discutidas as pendências, restando deliberado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MTUR concordou em ser colaborador do DEJUS/SNJ/MJ na meta 3.A.5; • DEEST/MJ será colaborador na meta 3.A.5; • DEJUS será co-líder na meta 3.A.4 com o DEEST/MJ; • DEJUS concordou em ser colaborador da meta 2.C.4 com o MRE; • MEC não concordou que o MTE mude o status na meta 2.D.10, pois acreditam que o MTE pode contribuir mais na co-liderança; • MTE foi informado que a Casa Civil não concordou com a inclusão na meta 1.A.5; • MRE passou a ser colaborador das metas 1.A.5, 1.A.9 e 2.D.10; • CC/PR passa a ser colaborador nas metas 1.A.5 e 1.A.9; • MPOG foi informado que o MTE não concordou em ser colaborador da meta 1.A.7;

	<ul style="list-style-type: none">• MS concordou em ser colaborador com o DEJUS/SNJ/MJ na inclusão da meta 4.C.1;• MTE e SDH concordou que a SG/PR passe a ser colaboradora na meta 2.F.2;• MTE passou a co-líderança na meta 2.H.4 com a DPU;												
5) Encaminhamento s Finais, Avaliação e Encerramento.	<p>- Ao final a Coordenadora Adjunta, Lucicleia Rollemberg, lembrou a todos que esta reunião foi a data limite para a entrega as definições de posições de lideranças e colaborações. Em seguida, foi definido o calendário das reuniões de 2015:</p> <table><tr><td></td><td>REUNIÃO GI</td><td>RELATÓRIO PARCIAL GI</td></tr><tr><td>Data 7ª Reunião GI</td><td>08 / ABRIL/2015</td><td>27/2/2015 - SEXTA-FEIRA</td></tr><tr><td>Data 8ª Reunião GI</td><td>12/AGOSTO/2015</td><td>30/6/2015 - TERÇA-FEIRA</td></tr><tr><td>Data 9ª Reunião GI</td><td>09/DEZEMBRO/2015</td><td>30/10/2015 - SEXTA-FEIRA</td></tr></table> <p>- Destacou que o prazo máximo para entrega dos relatórios que não foram entregues, bem como as solicitações de retificações de algum relato já entregue será até o dia 12/12/2014, para que o relatório possa ser publicado no dia 18/12/2014.</p> <p>- Por fim, ao agradecer a dedicação e o empenho de todos, lembrou aos membros que validassem os textos dos indicadores que foram pactuados com a consultora Ariane.</p> <p>- A Consultora Ariane pediu a palavra e informou que como foram os próprios membros que haviam proposto as alterações, que os mesmos validassem o que foi alterado. Chamando atenção especial para a meta do MD, SENASP e a PF, para que haja uma análise e não só uma validação.</p> <p>- A Diretora, Fernanda dos Anjos, encerrou a VI Reunião do GI agradecendo a todos, em especial, à Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do MJ, à Coordenação Tripartite e aos membros do GI pelo compromisso nesse processo de implementação do II PNETP.</p>		REUNIÃO GI	RELATÓRIO PARCIAL GI	Data 7ª Reunião GI	08 / ABRIL/2015	27/2/2015 - SEXTA-FEIRA	Data 8ª Reunião GI	12/AGOSTO/2015	30/6/2015 - TERÇA-FEIRA	Data 9ª Reunião GI	09/DEZEMBRO/2015	30/10/2015 - SEXTA-FEIRA
	REUNIÃO GI	RELATÓRIO PARCIAL GI											
Data 7ª Reunião GI	08 / ABRIL/2015	27/2/2015 - SEXTA-FEIRA											
Data 8ª Reunião GI	12/AGOSTO/2015	30/6/2015 - TERÇA-FEIRA											
Data 9ª Reunião GI	09/DEZEMBRO/2015	30/10/2015 - SEXTA-FEIRA											